



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO



Assédio no transporte coletivo e Patrulha Maria da Penha da GCM motivaram leis recentes. Outros projetos tramitam no Legislativo Municipal e podem ser votados. Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, promotora de Justiça e pesquisadora palestraram sobre raça, gênero e classe. [PÁGS. 4 E 5](#)

SEGURANÇA PÚBLICA

VEREADORES, POLICIAIS E MORADORES DEBATEM COMO REDUZIR OCORRÊNCIAS NAS DIFERENTES REGIÕES DA CIDADE. [PÁG. 3](#)

DESESTATIZAÇÃO DA SABESP

SÃO JOSÉ FOI UMA DAS SETE CIDADES DE SP A SEDIAR AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE NOVO CONTRATO; VEREADORAS PARTICIPARAM. [PÁG. 6](#)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE APRESENTOU RELATÓRIO NA CÂMARA DO TERCEIRO QUADRIMESTRE ACUMULADO DO ANO DE 2023. [PÁG. 7](#)

PALAVRA DO PRESIDENTE

MÊS DA MULHER: AVANÇOS E DESAFIOS EM SÃO JOSÉ

Reflexões sobre as conquistas e os caminhos a percorrer na luta pelos direitos das mulheres

A medida que nos despedimos do mês de março, período dedicado às reflexões sobre os avanços, frutos do empenho de gerações, e desafios ainda enfrentados pelas mulheres, é essencial abordar as pautas discutidas na nossa Câmara Municipal. Como presidente desta Casa de Leis tenho o compromisso de trazer à luz as questões que moldam a realidade de nossa comunidade. Ao olharmos para as recentes iniciativas, destacam-se os esforços conjuntos dos nossos vereadores e vereadoras na luta contra a violência que ainda atinge muitas mulheres em nosso município.

Essas ações resultaram em conquistas significativas, a exemplo da oficialização da "Patrulha Maria da Penha" da Guarda Civil Municipal como programa de estado e não de governo, e a aprovação, em dezembro, de uma lei assinada por 17 parlamentares que institui diretrizes de prevenção e combate ao assédio e importunação sexual no transporte público de nossa cidade.

Entre outras demandas que defendemos estão a operação 24 horas da Delegacia de Defesa da Mulher, órgão essencial no combate à violência doméstica, e a implementação de protocolos em eventos, unidades de saúde e estabelecimentos comerciais para ajudar mulheres em risco e garantir tratamento respeitoso às vítimas. Há propostas voltadas para qualificação e inserção profissional das sobreviventes que conseguem romper o ciclo de violência. E a criação de programa de apoio a crianças órfãs de mães vítimas de feminicídio destaca nosso compromisso não só com o presente, mas também com o

futuro das famílias afe-
tadas por essa tragé-
dia.

Contudo, a luta
pela igualdade
vai além da es-
fera legislativa,
da aprovação
de leis. Neste
sentido, neste
mês, abrimos
espaço a um
debate sobre a
interseccionalida-
de entre raça, clas-
se e gênero. Uma
oportunidade de evi-
denciar como diferentes
formas de opressão se intrin-
cam na vida da mulher e comparti-
lhar histórias que inspiram e forta-
lecem os laços entre as mulheres de
nossa comunidade.

A participação da sociedade nes-
sas discussões é um pilar essencial
para o avanço das políticas públ-
icas. Acreditamos firmemente que o
diálogo aberto e o envolvimento ati-
vo da população são fundamentais
para impulsionar mudanças cultu-
rais e comportamentais profundas e
duradouras.

Sabemos que a jornada em direção à
igualdade de gênero é um exercício
contínuo que requer conscientiza-
ção e ação de todos nós. É com esse
espírito de colaboração que a Câma-
ra Municipal segue comprometida
em liderar esse movimento, mas sua
força e sucesso dependem da par-
ticipação de cada cidadão. Juntos,
temos o poder de moldar uma so-
ciedade onde o respeito, a igualdade
e a justiça prevaleçam para todos,
sem exceção. ■



“

A jornada em direção à igualdade de gênero é um exercício contínuo que requer conscientização e ação de todos nós”.

Roberto do Eleven
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

FORÇAS PRESENTES AUTORIDADES DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR OUVIRAM AS REIVINDICAÇÕES DA POPULAÇÃO E DOS PARLAMENTARES

SEGURANÇA PÚBLICA É TEMA DE REUNIÃO ABERTA NA CÂMARA MUNICIPAL

Entre as sugestões dos parlamentares estão a instalação de novas câmeras e mais PMs nas ruas

Na noite de 15 de março, os vereadores dr. José Cláudio (PSDB), Dulce Rita (PSDB), Fernando Petitti (MDB), Thomaz Henrique (PL) e Walter Hayashi (União) promoveram uma reunião pública, na Câmara, para ouvir a comunidade e debater, com os representantes dos órgãos de segurança, soluções para as ocorrências.

Os moradores citaram casos de perturbação do sossego por adegas, escapamento de veículos adulterados ou montagem de barracas de feira; furtos no Parque da Cidade (região norte); pessoas em situação de rua e usuários de drogas nas regiões sul e central; furtos e roubos de veículos, além de reivindicar o funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher.

Entre as sugestões apresentadas pelos parlamentares estão a implantação de mais unidades móveis da PM, a instalação de novas câmeras de monitoramento, incentivo aos registros de boletins de ocorrência (BO), aumento do efetivo, ampliação da Atividade Delegada e de patrulhamentos, rondas e blitzes, além de maior apoio do governo federal.

Estiveram presentes o delegado da Polícia Civil Múcio Alvarenga; o comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar I, tenente-coronel Alex Cesário Amaral; o investigador do Deinter 1 Amaury dos Santos, além de presidentes de Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) e representantes da OAB SJC. A vereadora Juliana Fraga (PT) e



Cleverson Nunes/CMSJC



Cleverson Nunes/CMSJC

o deputado estadual Dr. Elton (União) também acompanharam a reunião.

Representantes da PM falaram sobre operações realizadas na cidade, inclusive em parceria com outras forças de segurança por meio do programa São José Unida. Apontaram dados de queda nos casos de roubos (-33%) e furtos (-59%) de veículos na cidade no mês de fevereiro. E lembraram que bares e adegas já fecharam por perturbação de sossego, porém liminares têm permitido a reabertura dos estabelecimentos.

O delegado da Polícia Civil esclareceu que a implantação da Delegacia da Mulher 24 horas tem como obstáculo o número reduzido de delegadas no Estado de São Paulo e que o concurso não especifica gênero. ■

DIA DA MULHER

POLÍTICA PÚBLICA IMPORTUNAÇÃO E ASSÉDIO NO TRANSPORTE COLETIVO, DELEGACIA 24 HORAS E PATRULHA MARIA DA PENHA DA GCM SÃO TEMAS

VEJA VOTAÇÕES E PROPOSTAS DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER

No ano passado, os parlamentares aprovaram a lei 10.826/23, que institui diretrizes de prevenção e combate ao assédio sexual contra a mulher no transporte coletivo, como campanhas para coibir a importunação e treinamento dos trabalhadores. De autoria do dr. José Cláudio (PSDB), recebeu a assinatura de mais 16 vereadores.

Já a lei 10.712/2023 instituiu a "Patrulha Maria da Penha", para garantir dotação orçamentária e continuidade ao programa, que consiste de visitas periódicas e rondas realizadas por equipe especializada da Guarda Civil Municipal para verificação do cumprimento das medidas protetivas determinadas pela



Defesa da Mulher. A Câmara aprovou lei de combate ao assédio sexual contra mulher no transporte

Justiça. Desde 2019, atuando em parceria com a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher), a patrulha atendeu mais de 600 ocorrências e 83 agressores foram detidos. Em junho de 2023, quando a lei foi sancionada, a GCM acompanhava 110 mulheres com medida protetiva emitida pela Justiça na cidade; mais de 60 delas em posse de dispositivos de emergência.

Em fevereiro, o legislativo joseense aprovou por unanimidade o requerimento 367/24, da vereadora Juliana Fraga (PT), que solicita à DDM o funcionamento 24 horas da unidade de São José dos Campos. ■

CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS DO ANO PASSADO E DESTE ANO EM TRAMITAÇÃO SOBRE O TEMA

PL 79/23 Estabelece princípios norteadores para o atendimento especializado e diretrizes para a criação de programa que ampare crianças e adolescentes em situação de orfandade em decorrência da perda da mãe, tutora ou responsável legal vítima de feminicídio. Prevê oferta de atendimento psicosocial especializado por equipe multidisciplinar, integração dos órgãos de acolhimento e distanciamento entre o menor e o autor do crime. Autoria: Amélia Naomi (PT), Dulce Rita (PSDB) e Juliana Fraga (PT)

PL 40/23 Torna obrigatória a adoção por bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos, de medidas para auxiliar mulheres que se

sintam em situação de risco nesses estabelecimentos, informando a oferta de um acompanhante até o carro, outro meio de transporte ou comunicação à polícia. Autoria: Fabião Zagueiro (PSD)

PL 42/23 "Protocolo Não é Não" visa preservar a dignidade, a intimidade, a saúde e a integridade física e psicológica da vítima. Procedimentos voltados à mulher vítima de violência sexual ou assédio em casas noturnas e de espetáculos, eventos festivos e esportivos, bares, restaurantes ou qualquer outro estabelecimento com grande circulação de pessoas. Entre os princípios estão a celeridade, o conforto, o respeito e o rigor na apuração. Autoria:

Amélia Naomi (PT)

PL 190/23 Protocolo "Todos por Todas" inclui a afixação de cartazes por estabelecimentos privados informando que abuso e violência sexual são crimes e instruções aos funcionários para acolher e atender mulheres vítimas de abuso sexual em suas dependências. Autoria: Dulce Rita (PSDB)

PL 461/23 Dispõe sobre o direito de toda mulher ter acompanhante de sua livre escolha nas consultas e exames, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados. Autoria: Dulce Rita (PSDB)

PL 22/23 Dispõe sobre o resarcimento, pelo agressor, dos custos dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar. Autoria: Renato Santiago (União Brasil)

PL 461/23 Dispõe sobre o direito de toda mulher ter acompanhante de sua livre escolha nas consultas e exames, nos estabelecimentos de saúde públicos e privados. Autoria: Dulce Rita (PSDB)

PL 282/23 Autoriza a reserva de 5% das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para as

PL 80/23 Trata da colocação de

informativos conscientizadores da proteção às mulheres e de meios de denúncia de violência em estádios e quadras desportivas durante a realização de eventos na cidade. Autoria: Juliana Fraga (PT)

PL 22/23 Dispõe sobre o resarcimento, pelo agressor, dos custos dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar. Autoria: Renato Santiago (União Brasil)

PL 99/24 Institui programa para promoção da autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Autoria: Renato Santiago (União Brasil)

PL 282/23 Autoriza a reserva de 5% das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar cadastradas nos programas sociais do município. Autoria: Milton Vieira Filho (Republicanos)

PL 100/24 Veda a divulgação da lotação ou setor de trabalho de servidoras sob o alcance de medidas protetivas nos portais de transparência dos Poderes Executivo e Legislativo do município. Autoria: Renato Santiago (União Brasil)

PL 86/23 Institui programa para promoção da autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Autoria: Renato Santiago (União Brasil)

INFORME PUBLICITÁRIO



DIA INTERNACIONAL DA MULHER A CONVITE DA BANCADA FEMININA, ELAS ABORDARAM CONDIÇÕES LIGADAS À DESIGUALDADE SOCIAL



Flávio Pereira/CMSJC



Flávio Pereira/CMSJC

Promotora de Justiça e pesquisadora palestram na Câmara Municipal de São José a respeito de raça, gênero e classe



Bancada feminina. Palestra da cientista social Luciana Brauna e da promotora Cristiane Hilal teve transmissão ao vivo pela TV Câmara

Flávio Pereira/CMSJC

86%
DAS PESSOAS
com deficiência que
sofreram violência sexual
em 2020 eram mulheres,
das quais 54% negras

sor não é violento o tempo todo. E o frequente descrédito com que essas mulheres são tratadas no sistema de Justiça. Na sequência, Luciana Brauna, que atuou como professora na rede pública de ensino e atualmente se dedica à pesquisa acadêmica, contou sua trajetória familiar, e como ela se liga a uma

história coletiva de violência, objetificação, desumanização do corpo e invisibilização das mulheres negras como sujeitas de direitos. Rememorou os motivos históricos pelos quais a população preta e parda representa apenas cerca de 30% dos habitantes da cidade, quando é mais da metade da população brasileira, e que remontam ao ciclo econômico do café e à mão de obra escravizada. Afirmou ainda que identificar a luta pela igualdade como uma bandeira somente das mulheres, da população negra, das pessoas com deficiência ou qualquer outro segmento é uma distorção, pois combater a desigualdade é dever de todos. ■



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

DESESTATIZAÇÃO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS FOI UMA DAS SETE CIDADES PAULISTAS A SEDIAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE O NOVO CONTRATO



Flávio Pereira/CMSJC

VEREADORAS PARTICIPAM DE AUDIÊNCIA SOBRE CONCESSÃO DA SABESP À INICIATIVA PRIVADA

Plano regional de desestatização prevê aportes de R\$ 5 bilhões para universalização do saneamento básico nas 28 cidades atendidas na região

As três vereadoras de São José dos Campos participaram da audiência pública sobre o novo contrato de concessão da Sabesp, promovida pelo governo estadual no auditório do Parque de Inovação Tecnológica no dia 27 de fevereiro.

Segundo o plano regional de desestatização, apresentado pela secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Natália Resende, o contrato proposto prevê aportes de R\$ 5 bilhões para universalização do saneamento básico nas 28 cidades atendidas pela Sabesp no Vale do Paraíba e

Litoral Norte até 2029. E investimentos de R\$ 18,6 bilhões na região até 2060, divididos em expansão e modernização da rede de distribuição de água, expansão e melhorias da rede de coleta e tratamento de esgoto, inovação e eficiência energética.

Em São José dos Campos, contempla ampliação dos sistemas do Jardim das Indústrias, Jardim Satélite – Morumbi, Altos de Santana e Capuava, com o objetivo de garantir regularidade no abastecimento de água nos bairros mais distantes do centro.

Entre os cidadãos presentes que se manifestaram, a vereadora Amélia Naomi (PT) afir-

mou que a desestatização da companhia pública foi autorizada pela Assembleia Legislativa por uma lei inconstitucional. Além disso, questionou que o dia, horário e local da audiência impossibilitaram o comparecimento de municípios interessados. Dulce Rita (PSDB) e Juliana Fraga (PT) também estavam presentes.

PLANO ESTADUAL

O novo contrato prevê um cronograma de universalização do saneamento básico em São Paulo até 2029, para que no mínimo 99% da população tenha acesso à água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto – regras estabelecidas no Novo

Marco do Saneamento.

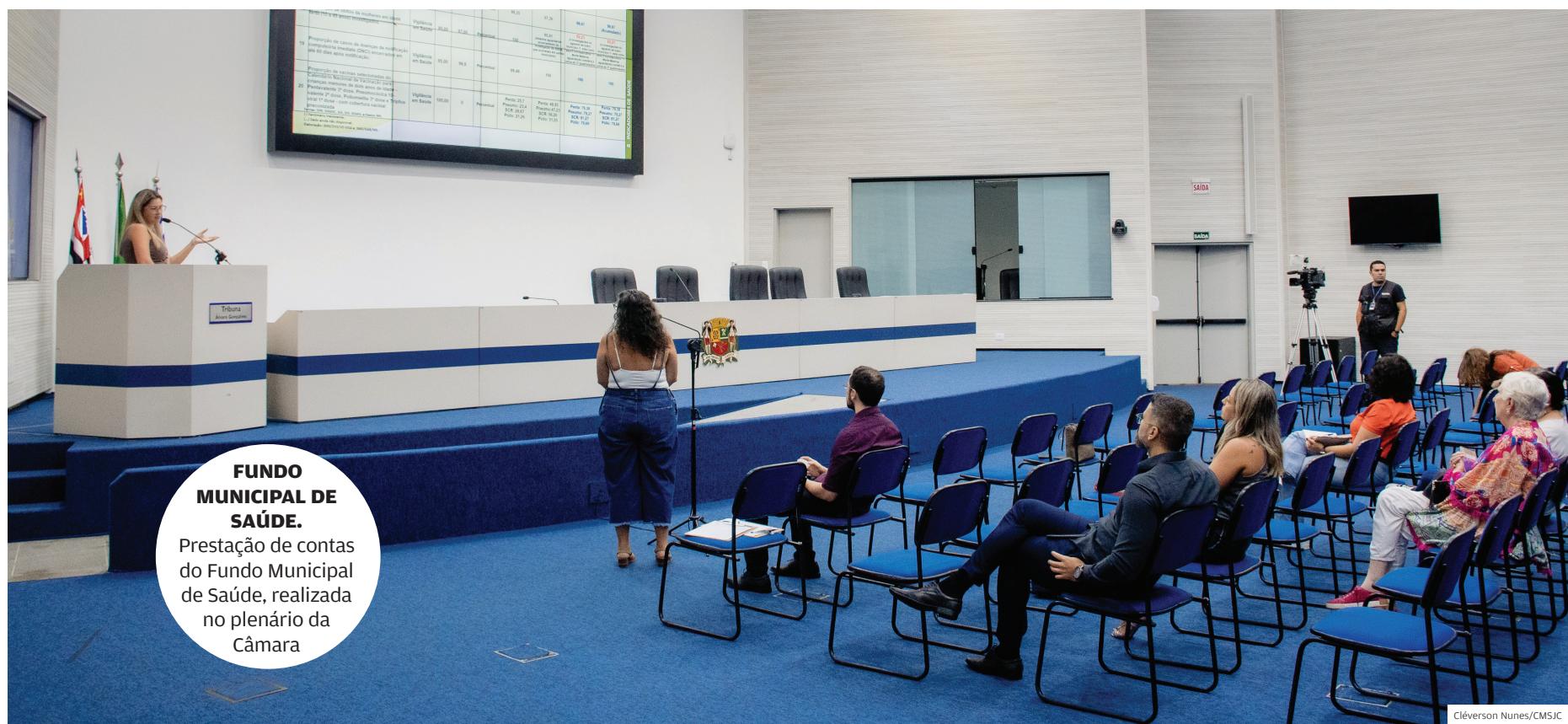
O documento define a área em que a Sabesp passará a atuar após a desestatização, incluindo a população rural e comunidades que ainda não são atendidas pela empresa. Além disso, estabelece investimentos para cada município, indicadores de cobertura e qualidade (perdas de água na rede, vazamentos, reclamações de usuários), além de metas e mecanismos de verificação, penalidades por descumprimento contratual, regulação tarifária e repasses aos fundos municipais (destinação de 4% da receita obtida no território a projetos ambientais e de saneamento básico). ■



FISCALIZAÇÃO PREFEITURA APLICOU R\$ 735 MI EM SAÚDE EM 2023; AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS VISITARAM 54 MIL IMÓVEIS EM 4 MESES

CÂMARA RECEBE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São José conta com 86 unidades de saúde, somando hospitais, clínicas, UPAs, UBSs, SAMU; e fechou 2023 com 505 leitos, dos quais 99 cirúrgicos, 79 obstétricos e 167 clínicos. Em 2023 eram 500 leitos no SUS



Em audiência pública na Câmara no dia 1º de março, o gestor do Fundo Municipal de Saúde (FMS), Gilson Fernandes, prestou contas do 3º quadrimestre de 2023. De setembro a dezembro do ano passado, a área da saúde recebeu R\$ 260 milhões do total de R\$ 948 milhões arrecadados no período em receitas próprias, o equivalente a 27%. A porcentagem mínima constitucional é de 15%. Tanto a arrecadação quanto o montante aplicado em saúde foram superiores aos valores do mesmo período do ano passado, R\$ 861 mi em receitas e despesa de R\$ 225 mi (26%) nos últimos quatro meses de 2022.

Os percentuais se mantiveram no acumulado do ano: impostos e transferências somaram R\$ 2,75 bilhões e as despesas em saúde liquidadas fecharam em R\$ 735 milhões, contra R\$ 2,61 bi em receitas próprias e R\$ 688 mi em despesas com saúde no ano anterior.

Os maiores contratos em 2023 foram com a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, gestora

do Hospital Municipal e UBSs na região leste, no valor de R\$ 266 milhões; com o Pio XII, R\$ 80 mi para serviços ambulatoriais e hospitalares; com o INC, R\$ 76 mi para gestão de UPA e UBS da região norte; e com o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, R\$ 49 mi para gestão do Hospital de Clínicas Sul.

A chefe de Apoio Administrativo da Secretaria de Saúde, Aretha Amaral, apresentou dados relacionados à oferta e prestação de serviços da pasta.

No 3º quadrimestre do ano passado, foram realizados 2,43 milhões de procedimentos com finalidade diagnóstica no SUS em São José dos Campos, somando prestadores públicos e da rede privada conveniada, 6,5% a mais do que de setembro a dezembro de 2022. O número de cirurgias, 15.180, se manteve praticamente igual no período. Os atendimentos em fisioterapia aumentaram 39% (81 mil) e de tratamentos odontológicos 30%

(56 mil).

A servidora expôs, ainda, indicadores de saúde referentes a pactuação interfederativa, como exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos em relação à população (0,41, sendo o parâmetro SUS acima de 0,35) e proporção de parto normal no SUS e rede suplementar (39,3, sendo o parâmetro SUS 46%). Também vacinação; taxa de prematuridade; novos casos de sífilis congênita; mortalidade infantil, perinatal e materna.

A cidade conta com 86 unidades de saúde, somando hospitais, clínicas, UPAs, UBSs, SAMU; e fechou 2023 com 505 leitos, dos quais 99 cirúrgicos, 79 obstétricos e 167 clínicos. Em 2023 eram 500 leitos no SUS. São 74 equipes de Saúde da Família, 213 agentes comunitários de saúde e 138 agentes de combate a endemias. Nos 4 últimos meses do ano passado, as visitas a 54 mil imóveis geraram ações

preventivas a arboviroses (como a dengue) e a 24 mil imóveis, ações de bloqueio, isto é, controle de criadouros. No ano de 2023, o total de visitas a imóveis foi de 806 mil.

A vereadora Dulce Rita (PSDB) esteve presente e questionou o parâmetro de óbitos maternos e a falta de informação sobre novos casos de HIV no relatório. A representante da secretaria explicou que todos os óbitos são investigados e que o número de HIV em adultos não é apresentado por decisão do COMUS (Conselho Municipal de Saúde), mas a secretaria possui todas as informações. Uma munícipe criticou o formato da apresentação, sugerindo que seja feita de forma mais simples.

A apresentação do relatório quadrimestral contendo montante e fonte dos recursos aplicados em Saúde bem como oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando os dados com indicadores é obrigatória pela lei complementar 141/12, que regulamentou o artigo 198 da Constituição Federal. ■

**260
MILHÕES**
de reais recebeu
a área da saúde
de setembro a
dezembro de
2023, segundo o
relatório do FMS

VISITE A CÂMARA

Agende uma visita
para conhecer de
perto o trabalho
dos vereadores.



Como?

Entre em contato pelo e-mail
visiteacamara@camarasjc.sp.gov.br
ou pelo telefone **(12) 3925-6767**

